

CATÁLOGO

INICIATIVAS DE ADAPTAÇÃO CLIMÁTICA NO BRASIL

2025



inesc

EQUIPE INESC

NOVEMBRO/2025

Conselho Diretor

Aline Maia Nascimento
Elisabetta Recine
Luiz Gonzaga de Araújo
Romi Márcia Bencke

Conselho Fiscal

Enid Rocha
Augustino Veit

Colegiado de Gestão

Cristiane da Silva Ribeiro
José Antônio Moroni
Nathalie Beghin

Gerente Financeiro, Administrativo e de Pessoal

Ana Paula Felipe

Assistente da Direção

Marcela Coelho M. Esteves
Thayza Benetti

Planejamento, Monitoramento, Avaliação, Aprendizagem – PMAA

Adriana Silva Alves

Equipe de Comunicação

Gabriela Alves
Sílvia Alvarez
Thays Ferrari Puzzi

Assessoria Política

Alessandra Cardoso
Carmela Zignoni
Carolina Alves
Cássia Lopes
Cássio Cardoso Carvalho
Cleo Manhas
Dyarley Viana de Oliveira
Rárisson Sampaio
Sheilla Dourado
Teresa Ruas
Thallita de Oliveira

Educador Social

Markão Aborigine

Assistente de Contabilidade

Josemar Vieira dos Santos

Assistente Financeiro

Ricardo Santana da Silva

Auxiliares Administrativos

Adalberto Vieira dos Santos
Eduarda R. Aguiar Figueiredo
Eugênia Christina Alves
Ferreira
Isabela Mara dos Santos da
Silva

Auxiliar de Serviços Gerais

Roni Ferreira Chagas

Estagiário

Andrey Felype

APOIO INSTITUCIONAL

CLUA – Climate and Land Use
Alliance

ETF – Energy Transition Fund

Fastenaktion

FDCC (T.F. 1/2024)

Fundação Charles Stewart
Mott

Fundação Ford

Fundação Heinrich Böll

Fundar

Fundo Malala

ICS – Instituto Clima e
Sociedade

KNH – Kindernothilfe

OSF – Open Society
Foundations

PPM – Pão para o Mundo

Rainforest Foundation Norway

SEJUS (T.F. 18/2024)

WRI – World Resources
Institute

FICHA TÉCNICA

Coordenação Política

Cristiane Ribeiro
José Antônio Moroni
Nathalie Beghin
(Colegiado de Gestão do
Inesc)

Coordenação técnica

Sheilla Dourado

Redação

Sheilla Dourado
Cássia Lopes

Revisão técnica

Cristiane Ribeiro
Nathalie Beghin

Revisão gramatical

Paulo Castro
(Books Maze Publishers)

Diagramação

Raones Ramos

Inesc – Instituto de Estudos Socioeconômicos

Endereço: SCS Quadra 01 - Bloco L, nº 17, 13º Andar Cobertura

– Edifício Márcia. CEP: 70.307-900 - Brasília/DF

Telefone: + 55 61 3212-0200

E-mail: inesc@inesc.org.br

Página Eletrônica: www.inesc.org.br

É permitida a reprodução total ou parcial do texto, de forma gratuita,
desde que seja citada a fonte e inclua a referência ao texto original.

Sumário

Apresentação.....	4
1. Iniciativas federais	5
1.1 Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA).....	5
1.2. Ministério das Cidades.....	6
1.3. Ministério da Saúde.....	7
1.4. Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI)	8
1.5. Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP)	8
1.6. Ministério da Igualdade Racial (MIR)	8
1.7. Ministério do Planejamento e Orçamento (MPO).....	8
1.8. Universidades públicas e institutos de pesquisa.....	9
1.9. Outros órgãos e entidades do Executivo Federal	10
1.10. Congresso Nacional.....	10
2. Iniciativas estaduais.....	14
3. Iniciativas municipais	15
4. Entidades municipalistas.....	16
5. Organizações da sociedade civil e movimentos sociais	17
5.1. Produção de informações e comunicação	17
5.2. Realização e apoio a projetos locais	18
5.3 Incidência nacional e internacional	19

Apresentação

Este catálogo apresenta um compilado inicial de medidas e iniciativas relativas à adaptação climática no Brasil em 2025, período em que o tema esteve em destaque no país-sede da COP30. O foco principal é a adaptação no meio urbano, de modo a evidenciar medidas do Poder Público Federal, especialmente do Poder Executivo, mas também exemplos de iniciativas estaduais e municipais, do Poder Legislativo, de universidades públicas e institutos de pesquisa, além de iniciativas de organizações da sociedade civil e dos movimentos sociais. Não se pretende que esta publicação seja uma lista completa, mas sim que apresente a diversidade de atores e setores envolvidos e a multiplicidade de iniciativas que empreendem.

A publicação é resultado do projeto desenvolvido pelo Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc) intitulado “Adaptação climática no Brasil e o enfrentamento às desigualdades”, que compõe a plataforma Green Accountability. A plataforma é um consórcio formado pelo World Resources Institute (WRI), pela Comissão Huairou e pela organização SouthSouthNorth (SSN), que conta com o apoio financeiro do Banco Mundial.

Promover a adaptação climática significa produzir meios de lidar com os efeitos presentes e futuros das mudanças climáticas, construir resiliências e reduzir as vulnerabilidades dos sistemas humanos e naturais. No Brasil, os efeitos das mudanças climáticas exacerbam as vulnerabilidades históricas e estruturais e precisam ser levados em conta em todas as iniciativas, especialmente nas políticas públicas.

Defendemos uma **adaptação climática antirracista**, que, conforme foi incorporada ao Plano Clima durante [consulta pública](#) em 2024, consiste no enfrentamento das desigualdades raciais, sociais, regionais e territoriais, de gênero e geracionais. A adaptação demanda a implementação de um conjunto de políticas públicas estruturantes, intersetoriais e interseccionais, de modo a considerar grupos sociais vulnerabilizados como protagonistas da ação climática. É fundamental que a adaptação a ser implementada seja acompanhada, necessariamente, de justiça social, para que se alcance a justiça climática.

As iniciativas apresentadas neste catálogo estão organizadas sob as seguintes categorias, conforme a sua origem:

- (I) iniciativas federais, estaduais e municipais (Poder Executivo e Poder Legislativo);
- (II) universidades públicas e institutos de pesquisa;
- (III) organizações da sociedade civil e movimentos sociais.

1. Iniciativas federais

1.1 Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA)

Plano Clima: apresenta as diretrizes para as políticas climáticas nacionais até 2035 e está em fase final de elaboração pelo Governo Federal, sob a liderança do MMA. O Plano Clima é composto pela Estratégia Nacional de Mitigação (com seus 7 planos setoriais) e pelo Plano Clima Adaptação (integrado pela Estratégia Nacional de Adaptação e por seus 16 planos setoriais). Oficinas presenciais e consultas públicas foram realizadas em 2025 para a construção desses documentos.

5ª Conferência Nacional do Meio Ambiente (CNMA): foi realizada em maio de 2025 e teve a “adaptação e preparação para desastres” entre seus temas principais e como um dos cinco eixos de trabalho. A CNMA aprovou 10 propostas prioritárias da sociedade para orientar as políticas públicas de meio ambiente e clima.

Programa Cidades Verdes Resilientes (PCVR): iniciativa coordenada pelo Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA), pelo Ministério das Cidades (MCID) e pelo Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI) para integrar políticas urbanas, ambientais e climáticas, com o objetivo de promover práticas sustentáveis e fortalecer a capacidade institucional dos municípios.

- **AdaptaCidades:** iniciativa do MMA, que faz parte do PCVR, para apoiar a criação de estratégias e planos de adaptação climática em municípios brasileiros. O objetivo é auxiliar estados e municípios na elaboração de planos municipais de adaptação, focando na gestão de riscos e na redução de desastres, de maneira a oferecer capacitação técnica, informações sobre riscos climáticos, orientações metodológicas e apoio ao financiamento de ações locais. Em 2025, a iniciativa contou com a adesão de 581 municípios em todos os estados da Federação e focou em municípios prioritários com alto índice de risco climático.
- **Pacto pelas Cidades Verdes Resilientes:** iniciativa do MMA que objetiva convocar novos municípios a aderir ao Programa Cidades Verdes Resilientes.
- **Banco de Projetos do PCVR:** o MMA abriu a primeira chamada de projetos para mapear projetos urbanos no País e conectar os projetos submetidos por entidades subnacionais a instituições financeiras e de cooperação técnica.
- **Plano Nacional de Arborização Urbana (PlaNAU):** lançado no âmbito do PCVR, tem o objetivo de integrar áreas verdes com arborização urbana nas cidades brasileiras.

1.2. Ministério das Cidades

Novo PAC Seleções: o MCID anunciou R\$ 11,7 bilhões para obras de drenagem e contenção de encostas em 235 municípios de 26 estados entre 2023 e 2025. O objetivo é reduzir a vulnerabilidade de populações que vivem em áreas de risco e reforçar a capacidade de resposta a eventos climáticos extremos.

Caderno de Apoio da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano (PNDU): este documento é fruto de um processo participativo, que traz as bases para consolidar uma política nacional voltada para cidades mais justas, democráticas e sustentáveis. A PNDU conecta áreas essenciais como habitação, saneamento, mobilidade e outros sistemas urbanos, com olhar especial para as periferias e voltada à promoção da justiça climática. O MCID também lançou o estudo **Tipologias do Fenômeno Urbano** em parceria com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), que apresenta insumos para apoiar a formulação, a implementação, o monitoramento e a avaliação da PNDU.

Curso “Urgência Climática”: o MCID, com o apoio do Lincoln Institute of Land Policy, promoveu a 2ª edição deste curso híbrido, que é focado na implementação de soluções em territórios urbanos vulneráveis.

Curso sobre Regularização Fundiária Urbana (Reurb): lançamento de curso gratuito e *on-line*, com certificação da Escola Nacional de Administração Pública (Enap), para que pessoas e entidades aprendam os conceitos fundamentais do Reurb, que são essenciais para o enfrentamento das informalidades nas cidades.

Projeto AdaptAÇÃO: parceria com a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), que teve como ação central, em 2025, o apoio a municípios para o aprimoramento do seu planejamento urbano, com o objetivo de incorporar a perspectiva climática em políticas e instrumentos locais. Os municípios selecionados receberam assistência técnica da Rede de Avaliação dos Instrumentos de Política Urbana e Adaptação Climática (AIPUAC), que é organizada em torno do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia (INCT)/Observatório das Metrópoles.

Periferia Viva: programa liderado pelo MCID, por meio da Secretaria Nacional de Periferias (SNP), que objetiva melhorar as condições de vida nas favelas e periferias, unindo esforços para oferecer infraestrutura, educação, saúde, moradia digna e oportunidades, promovendo ações integradas. Entre suas ações estão as apresentadas a seguir.

- **Programa de Formação Periferia Sem Risco**: aposta na formação como estratégia de permanência, prevenção e transformação, servindo como uma resposta concreta à necessidade de preparar o Brasil para enfrentar os impactos desiguais da crise climática, com justiça socioterritorial.

- [Curso de extensão “Transformação do território das favelas e periferias brasileiras](#): curso gratuito e *on-line* que tem o objetivo de introduzir o debate sobre as dinâmicas do território e as possibilidades das políticas públicas para intervenção.
- Publicação dos [Planos Comunitários de Redução de Riscos e Adaptação Climática \(PCRA\)](#): instrumentos estratégicos para planejar ações preventivas e medidas de adaptação em escala intraurbana (bairros, núcleos e favelas), publicados em português e inglês. O programa também apoiou a comunidade da Baracela (SP) na conclusão de seu [PCRA](#).
- [Prêmio Periferia Viva 2025](#): objetiva reconhecer, valorizar e potencializar iniciativas populares, de assessorias técnicas e de entes públicos governamentais que promovem o enfrentamento da desigualdade socioespacial. A iniciativa mais votada foi [Retrato das Enchentes: planos populares, cartografia social e produção cidadã de dados](#), do Rio de Janeiro. Os projetos escolhidos receberam R\$ 50 mil, o selo “Periferia Viva é Construção Coletiva” e a assessoria técnica da Secretaria Nacional de Periferias (SNP).
- [Guia de Mapeamento Popular](#): foi lançado como ferramenta para que lideranças e moradores possam colocar suas comunidades no Mapa das Periferias, de maneira a fortalecer a atuação local e subsidiar a formulação de políticas públicas voltadas às comunidades.
- [Edital nº 1/2025 – Periferias Verdes Resilientes](#): foi promovido em conjunto pelo MCID e pelo MMA. Selecionou organizações da sociedade civil para projetos de estruturação de iniciativas para adaptação inclusiva das periferias urbanas às mudanças climáticas, envolvendo *soluções baseadas na natureza* (SBN). Destinou R\$ 25 milhões para apoiar 10 projetos.

1.3. Ministério da Saúde

AdaptaSUS: plano apresentado durante a COP30 e que integra estratégias para preparar a rede do Sistema Único de Saúde (SUS) para enfrentar os impactos das mudanças climáticas. O Ministério da Saúde anunciou o investimento de R\$ 9,8 bilhões em ações de adaptação. As iniciativas incluem a reorganização da rotina das unidades de saúde (como novos horários de atendimento e escalas de descanso), protocolos clínicos para ajustar doses de medicamentos por conta do calor extremo, além da construção de novas unidades e da aquisição de equipamentos resilientes.

Seminário “Justiça Climática e Saúde nas Periferias: foi promovido pelo Ministério da Saúde e pela Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), em parceria com a Secretaria-Geral da Presidência e o MMA. O objetivo foi contribuir para a formulação de políticas públicas que enfrentem as iniquidades em saúde agravadas pelas mudanças climáticas, com foco em territórios urbanos e rurais historicamente marginalizados. Houve transmissão no Youtube: período [manhã](#) e [tarde](#).

1.4. Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI)

Livro “Mudanças Climáticas no Brasil: Estado da Arte e Fronteiras do Conhecimento”:

lançado durante a COP30, o livro reúne estudos e contribuições da ciência brasileira para enfrentar os desafios climáticos. A publicação, editada pelo Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (IBICT), consolida o papel do MCTI na integração entre pesquisa, inovação e políticas públicas.

Programa Cemaden Educação: focou na criação de estratégias educativas e de mobilização em comunidades escolares vulneráveis.

1.5. Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP)

Guia de Acesso à Justiça Climática e Socioambiental: foi divulgado durante a COP30 pelo Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP), em parceria com a rede Latin American Climate Lawyers Initiative for Mobilizing Action (Laclima). O material reúne orientações, ferramentas jurídicas e informações essenciais para fortalecer os direitos socioambientais de comunidades mais vulneráveis.

1.6. Ministério da Igualdade Racial (MIR)

Comitê de Enfrentamento ao Racismo Ambiental: em parceria com o Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA), o Ministério dos Povos Indígenas (MPI) e o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), o MIR abriu um edital de chamamento para a sociedade civil participar deste comitê. A finalidade é viabilizar a articulação interministerial para promover o enfrentamento do racismo ambiental e climático e dos seus efeitos. O comitê busca contribuir para a construção de estratégias para o enfrentamento dos eventos climáticos extremos, com enfoque na desproporcionalidade dos seus efeitos para a população negra, quilombolas, povos e comunidades tradicionais de matriz africana, povos de terreiros, ciganos e as populações indígenas.

1.7. Ministério do Planejamento e Orçamento (MPO)

Estratégia Brasil 2050 – Estratégia Nacional de Longo Prazo (2025): plano que pretende orientar as políticas públicas e os investimentos estratégicos do País pelos próximos 25 anos. O marco de 2050 foi escolhido por estar alinhado com as metas globais de neutralidade de emissões de gases de efeito estufa e pela previsão de inversão na pirâmide etária brasileira, o que exige ajustes nas políticas públicas.

1.8. Universidades públicas e institutos de pesquisa

Projeto UrbVerde: a iniciativa criou um banco gratuito de dados ambientais em parceria com o Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (IAU-USP) e recebeu o Prêmio USP de Impacto Social em 2024.

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA): abriu uma seleção para uma bolsa de pesquisas sobre [“Avanços e Limites da Coordenação Federativa, por meio de Consórcios Intermunicipais”](#). Além disso, a pesquisa [“Capacidade Fiscal e Desenvolvimento no Território”](#) aponta que os municípios com alta arrecadação nem sempre transformam suas maiores receitas em melhores indicadores sociais, razão pela qual as desigualdades regionais ainda são um desafio.

Escola Nacional de Administração Pública (ENAP): lançou o curso gratuito [“Formulação de Estratégias para a Resiliência Territorial frente a Desastres Socionaturais”](#) em parceria com a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal).

Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR): lançou um e-book gratuito intitulado [“Gestão de Desastres e Sistemas Complexos no Contexto das Mudanças Climáticas”](#), que reuniu mais de 70 autores.

Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP): estudantes do campus de São José dos Campos publicaram o [“Plano de Ação Climática para São José dos Campos – Propostas de Mitigação e Adaptação \(SJC 2025\)”](#), um documento propositivo com ações reais para enfrentar enchentes, ilhas de calor, gases de efeito estufa (GEE), riscos ambientais e desigualdades socioambientais no município. O estudo teve o apoio do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) e do AdaptaBrasil.

Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP): anunciou o lançamento da chamada [“Centros Urbanos 2025”](#), que destinará até R\$ 20 milhões para apoiar projetos de pesquisa que desenvolvam soluções voltadas à mitigação e à adaptação climática em ambientes urbanos. [Submissão](#) até 30/01/2026.

Fiocruz Piauí: participou do estudo internacional intitulado [“Tropical deforestation is associated with considerable heat-related mortality”](#) que revelou que o desmatamento de florestas tropicais causa cerca de 28 mil mortes anuais, relacionadas ao calor.

Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE): disponibilizou a [Sala de Situação Municipal](#) dentro da plataforma [TerraBrasilis](#), ferramenta para auxiliar estados e municípios no monitoramento ambiental.

1.9. Outros órgãos e entidades do Executivo Federal

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE): apresentou uma [Proposta Metodológica](#) inédita para a identificação e o mapeamento das áreas verdes urbanas no Brasil. A investigação experimental fez um primeiro levantamento em Guarulhos (SP) e em Palmas (TO), municípios escolhidos como áreas-teste, por serem regionalmente diferentes.

Defensoria Pública da União (DPU): publicou o “[Protocolo de Atuação da DPU em Desastres e Emergências Socioambientais](#)” e o submeteu a uma consulta pública. O protocolo orientará a atuação da DPU na defesa das populações afetadas por eventos climáticos extremos.

Tribunal de Contas da União (TCU): publicou dois volumes ([tomo 1](#) e [tomo 2](#)) sob o título: “Os Tribunais de Contas e a Sustentabilidade: Governança e Controle no Enfrentamento das Mudanças Climáticas”, em que aborda o seu papel no enfrentamento das mudanças do clima.

Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA): aprovou a [Resolução nº 26.916/2025](#), que reconhece que a crise climática é também uma crise de direitos humanos e que os seus impactos recaem de maneira desproporcional sobre as populações historicamente vulnerabilizadas. A resolução traz definições de racismo ambiental e justiça climática.

1.10. Congresso Nacional

Frente Parlamentar Mista Ambientalista (FPAm): atua desde 2007, em conjunto com a sociedade civil, para apoiar iniciativas que fomentem padrões sustentáveis de desenvolvimento e para impedir retrocessos na legislação ambiental. A FPAm é composta por 13 grupos de trabalho, incluindo o [GT Orçamento](#), iniciado em 2025, que busca promover o debate amplo sobre orçamento público e incidir pela ampliação de recursos para o financiamento climático.

1.10.1. Iniciativas e projetos que foram aprovados na Câmara dos Deputados

Lei nº 1.4904/2024: de autoria da deputada federal Tábata Amaral (PSB-SP), dispõe sobre as diretrizes para a elaboração de planos municipais e estaduais de adaptação.

Subcomissão Especial sobre a Climatização das Escolas: foi criada e teve seu plano de trabalho aprovado, tendo contado com a eleição da deputada federal Sâmia Bomfim (PSOL/RJ) para a presidência.

Lei nº 15.143/2025: torna definitivo o Fundo de Apoio à Infraestrutura para Recuperação e Adaptação a Eventos Climáticos Extremos (Firece).

Acordo de Escazú (PDL nº 934/2025): foi aprovado pela Câmara dos Deputados a poucos dias da COP30. É o primeiro tratado ambiental da América Latina e do Caribe e o único no mundo voltado à proteção de defensoras e defensores de direitos humanos em questões ambientais.

1.10.2. Projetos em tramitação na Câmara dos Deputados referentes à adaptação climática em 2025

PEC nº 37/2021: altera a Constituição Federal para inserir explicitamente a questão climática como direito fundamental, orientando a atuação do Estado na proteção do clima. Autores: Rodrigo Agostinho (PSB/SP), Daniel Coelho (Cidadania/PE), Arnaldo Jardim (Cidadania/SP) e outros.

PL nº 380/2023: propõe alterar a Lei nº 10.257/2001 (Estatuto da Cidade), criando diretrizes para a construção de cidades resilientes às mudanças climáticas. Autora: deputada federal Erika Hilton (PSOL/SP).

PEC nº 31/2024: acrescenta dispositivos para instituir o Conselho Nacional de Mudança Climática, a Autoridade Climática Nacional e o Fundo Nacional de Mudança Climática, criando uma governança climática estruturada. Autores: deputados federais Gilson Daniel (PODE/ES), Eriberto Medeiros (PSB/PE), Franciane Bayer (Republicanos/RS) e outros.

PL nº 1.883/2024: institui a Política Nacional de Resiliência Psicossocial em resposta a desastres ambientais, com diretrizes de prevenção, promoção e pós-venção em saúde mental e mudanças na Lei nº 12.608/2012 e na CLT. Autores: deputados federais Tábata Amaral (PSB/SP), André Janones (Avante/MG), Professora Goreth (PDT/AP) e outros.

PL nº 1.646/2024: define a condição de deslocado interno por questões climáticas e altera a Lei nº 14.620/2023 para reconhecer os direitos de populações obrigadas a se deslocar dentro do país por desastres ambientais. Autor: deputado federal Pastor Henrique Vieira (PSOL/MG).

PL nº 1.377/2024: institui o Dia Nacional do Reflorestamento e dos Corações Unidos pela Cura da Terra, estimulando ações de restauração ambiental e mobilização social. Autora: deputada federal Célia Xakriabá (PSOL/MG).

PL nº 1.594/2024: institui a Política Nacional dos Deslocados Ambientais e Climáticos (PNDAC). Autora: deputada federal Erika Hilton (PSOL/SP).

PLP nº 242/2025: busca alterar a Lei de Responsabilidade Fiscal e institui o “Orçamento Sensível ao Clima”. Determina a classificação das despesas, de forma direta e indireta, de acordo com o seu impacto no enfrentamento da emergência climática e do racismo ambiental, na redução de GEE e em iniciativas de mitigação e adaptação climática. Autora: deputada federal Erika Hilton (PSOL/SP).

PL nº 5.462/2025: institui a Plataforma Escola Cuidada e dispõe sobre a transparência e o planejamento da adaptação das escolas da educação básica às mudanças climáticas. Autora: deputada federal Fernanda Melchionna (PSOL/RS).

PL nº 5.286/2025: institui a Política Nacional de Combate ao Racismo Ambiental. Autora: deputada federal Célia Xakriabá (PSOL/MG).

PL nº 828/2025: altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) para garantir proteção trabalhista diante da crise climática, incluindo pausas em calor extremo e adicional de insalubridade climática. Autora: deputada federal Talíria Petrone (PSOL/RJ).

PL nº 6.151/2025: institui a Política Nacional de Saúde Mental Climática, criando o Sistema Nacional de Saúde Mental Climática e os Centros de Resiliência, Cura e Reconstrução de Comunidades, para organizar a atenção psicossocial em contextos de desastres. Autores: deputados federais Pompeo de Mattos (PDT/RS) e Fernanda Melchionna (PSOL/RS).

PL nº 6.034/2025: cria o Fundo Nacional de Empregos Verdes, para fomentar atividades econômicas sustentáveis e gerar trabalho de baixo impacto ambiental, apoiando uma transição ecológica justa e inclusiva. Autor: deputado federal Chico Alencar (PSOL/RJ).

PL nº 3.234/2025: institui a Contribuição de Responsabilidade Climática sobre Transporte Aéreo de Luxo, tributando jatos privados e passagens em classes superiores, para financiar ações climáticas. Autora: deputada federal Sâmia Bomfim (PSOL/SP).

PL nº 3.130/2025: direciona recursos do Fundo Nacional sobre Mudança do Clima para ações de reconstrução, fortalecimento da rede pública de ensino e promoção da resiliência escolar climática em territórios atingidos por eventos extremos. Autores: deputados federais Fernanda Melchionna (PSOL/RS), Franciane Bayer (Republicanos/RS), Reimont (PT,RJ) e outros.

PL nº 2.634/2025: institui o Programa Nacional de Estímulo à Criação e ao Fortalecimento dos Conselhos Municipais do Clima e Meio Ambiente, reforçando a participação social na agenda climática local. Autor: deputado federal Ivan Valente (PSOL/SP).

PL nº 2.177/2025: reconhece e cria as Escolas do Clima, valorizando iniciativas pedagógicas baseadas em tecnologias ancestrais e saberes tradicionais para o enfrentamento das mudanças climáticas. Autora: deputada federal Célia Xakriabá (PSOL/MG).

PL nº 1.528/2025: amplia o garantia-safra para incluir agricultores familiares indígenas, quilombolas, ribeirinhos, extrativistas e pescadores artesanais em todo o país, protegendo a renda diante de perdas climáticas. Autora: deputada federal Célia Xakriabá (PSOL/MG).

1.10.3. Projetos de lei que tramitam no Senado Federal referentes à adaptação climática em 2025

PL nº 5.749/2025: institui o Marco Nacional das Cidades Climáticas, estabelecendo diretrizes para o planejamento urbano sustentável e a adaptação às mudanças climáticas nos municípios brasileiros (de autoria do senador Jader Barbalho).

PL nº 2.761/2025: institui a Política Nacional de Governança Climática, definindo diretrizes e mecanismos para a implementação da governança climática no País (de autoria do senador Otto Alencar).

PL nº 1.871/2022: altera a Lei nº 12.512/2011 para ampliar o alcance do Programa de Apoio à Conservação Ambiental e adequá-lo a objetivos de mitigação e adaptação à mudança do clima, com a geração de renda em atividades sustentáveis nos meios urbano e rural.

PL nº 1.870/2022: institui o Programa Nacional de Garantia de Empregos Verdes Urbanos e Rurais e altera leis para incluir ações de conservação ambiental intensivas em mão de obra, prever planos subnacionais de mitigação e adaptação à mudança do clima e estabelecer requisitos climáticos para transferências da União em prevenção, resposta e recuperação de desastres.

PL nº 1.869/2022: altera leis para prever a criação de cinturões verdes nos projetos de ampliação do perímetro urbano, para permitir o uso de recursos do Fundo Nacional sobre Mudança do Clima nesses projetos, para incluir a resiliência e a adaptação das cidades como objetivos da política climática e para inserir os cinturões verdes no Programa Federal de Pagamento por Serviços Ambientais.

PEC nº 233/2019: reforça a integração da dimensão climática na ordem econômica e no direito ao meio ambiente, garantindo que sejam políticas permanentes do Estado brasileiro as ações para a redução dos impactos da mudança do clima e para a adaptação aos seus efeitos.

2. Iniciativas estaduais

Governo do Estado do Ceará (Superintendência de Obras Públicas – SOP): tem adotado medidas para reduzir o calor e os impactos no ambiente urbano, como a substituição do asfalto por blocos de concreto (piso intertravado) na pavimentação das vias. A iniciativa, implementada em Fortaleza (CE), Sobral (CE), Crato (CE) e em mais 39 municípios do estado, pode reduzir a temperatura entre 10 e 15 graus centígrados.

Distrito Federal (Secretaria de Agricultura – Seagri-DF): realizou o “Diagnóstico da Situação Ambiental das Nascentes Situadas na Serrinha do Paranoá”. O estudo, feito em parceria com o Instituto Oca do Sol e o Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional (MIDR), revelou que a degradação avança sobre as fontes de água que abastecem Brasília (DF), com impactos que vão da poluição à redução da vazão e à perda de cobertura vegetal.

Governo do Estado do Rio de Janeiro (RJ Resiliente): lançou a Cartilha para Elaboração de Revisões Locais Voluntárias (RLV), uma ferramenta prática de mapeamento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). O guia, desenvolvido em parceria com a ONU-Habitat, tem o objetivo de apoiar a gestão pública na implementação da Agenda 2030 em nível local.

3. Iniciativas municipais

Campinas (SP): lançou seu [Plano Local de Ação Climática \(PLAC\)](#), definindo ações e metas para zerar emissões e aumentar a resiliência, com o apoio do WRI Brasil.

São Gonçalo (RJ): a prefeitura e a ONU-Habitat criaram a iniciativa [Fortalece São Gonçalo](#), usando a metodologia de desenho de espaços públicos para fortalecer a gestão municipal.

São Paulo (SP): a prefeitura (via UMAPAZ¹), em parceria com o Pé de Feijão e o C40 (Climate Leadership Group), publicou um [edital](#) para a formação de 40 agentes comunitários de educação ambiental em territórios de alta vulnerabilidade social.

- O [Projeto Viva o Verde](#), em parceria com a ONU Habitat, busca incentivar e promover melhorias em 106 parques, contribuindo para a igualdade na distribuição espacial e na acessibilidade das áreas verdes públicas.
- Em abril de 2025, a prefeitura firmou uma parceria com o Centro de Pesquisa do Índice da Cidade Parque (RCPCI) da China para promover o [intercâmbio de experiências](#) sobre “cidades-esponja”. O conceito, criado pelo arquiteto Kongjian Yu, defende a ideia de conviver com a água em vez de combatê-la.

Congonhas (MG): a prefeitura e a ONU-Habitat promoveram [oficinas sobre adaptação](#) e mitigação das mudanças do clima no processo de discussão para a criação do novo plano diretor e do plano de mobilidade, como parte da iniciativa Horizontes Congonhas.

Rio de Janeiro (RJ): a agência ONU-Habitat abriu uma [chamada](#) de propostas para selecionar uma instituição para desenvolver 34 planos locais de ação climática.

Goiânia (GO): a [Lei nº 11.381, de 23 de abril de 2025](#), instituiu o Fórum Goianiense de Mudanças Climáticas.

- Um projeto de lei municipal, proposto pela vereadora Kátia Maria (PT), objetiva redesenhar Goiânia, transformando-a em uma “cidade-esponja”, para conter enchentes.

¹ Coordenação de Educação Ambiental e Cultura de Paz, Universidade Aberta do Meio Ambiente e Cultura de Paz, da Secretaria do Verde e Meio Ambiente da Cidade de São Paulo.

4. Entidades municipalistas

Frente Nacional de Prefeitas e Prefeitos (FNP): por meio da Comissão de Adaptação Urbana e Prevenção de Desastres (CASD), publicou a Plataforma de Boas Práticas Municipais (um catálogo *on-line* de soluções, com o apoio do WRI Brasil) e o Guia para Prefeitas e Prefeitos, a fim de preparar os municípios para a emergência climática.

FNP e Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE): lançaram um projeto de governança metropolitana intitulado Conexão Urbana, uma agenda de desenvolvimento social, econômico e ambiental focada em grandes centros urbanos.

Confederação Nacional de Municípios (CNM): Uma nova pesquisa da CNM, o Diagnóstico sobre a Estrutura das Defesas Civis Municipais, revelou que as defesas civis municipais seguem sobrecarregadas, com pouco orçamento e equipes reduzidas, embora os desastres já tenham atingido 95% dos municípios nos últimos anos. O estudo aponta a necessidade de mais apoio técnico e recursos para a prevenção.

- A CNM também criou o consórcio CONCLIMA, para ampliar a cooperação entre municípios em ações de defesa civil e meio ambiente.

5. Organizações da sociedade civil e movimentos sociais

5.1. Produção de informações e comunicação

Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc): elaborou o levantamento [Mapa das Desigualdades](#), que cruza dados da Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios (Pdad) com pesquisas qualitativas para analisar as disparidades em áreas como saúde, educação, mobilidade e infraestrutura na capital federal.

Instituto Sumaúma: apresentou uma [pesquisa](#) durante a COP30 que mapeia saberes tradicionais que orientam formas de cuidado com o território, comunicação comunitária e adaptação ambiental. O estudo evidencia o papel das práticas culturais quilombolas na construção de soluções para a crise climática.

Oxfam International: lançou o relatório: ["Igualdade Climática: Um Planeta para os 99%"](#), baseado em dados globais em defesa da responsabilização de quem lucra com a destruição ambiental.

Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM): o estudo ["Diálogos Amazônicos: Contribuições para o debate sobre sustentabilidade e inclusão"](#) (2023) reforçou a importância das comunidades ribeirinhas na adaptação às secas na Amazônia.

Revista Casa Comum e Instituto Perifa Sustentável: lançaram a websérie [Vozes Climáticas](#) para debater com jovens questões sobre a crise climática e a importância do engajamento juvenil em prol da justiça climática e de caminhos para a adaptação e a mitigação.

Instituto de Desenvolvimento e Sociedade (IDS) e Centro Brasil no Clima (CBC): promoveram o evento ["Planejamento e Adaptação Climática"](#) na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), durante o Rio Climate Action Week.

Instituto de Desenvolvimento e Sociedade (IDS): desenvolveu o [Kit Clima](#), um roteiro de apoio que ajuda cada município a identificar suas vulnerabilidades e os caminhos para proteger sua população. O material traduz a ciência em passos concretos com perguntas norteadoras, ferramentas de gestão, exemplos reais e checklists.

Educterritorio: trata-se de um programa da organização Cidade Escola Aprendiz, que lançou o segundo episódio da série multimídia [Territórios Educativos para a Justiça Climática](#), que enfoca o papel dos territórios que educam diante da crise climática, abordando temas como racismo ambiental, participação juvenil e educação climática.

Plataforma CIPÓ e World-Transforming Technologies (WTT): lançaram o *policy brief* “[Reavaliando o papel de CT&I na governança climática e ambiental internacional](#)”, que identifica tendências como o fortalecimento de críticas ao paradigma top-down de transferência tecnológica e o reconhecimento do duplo papel da CT&I (soluções e desigualdades).

World Resource Institute (WRI) Brasil: atuou no projeto [SIMACLIM](#) (Sistema de Apoio à Decisão para Mitigação e Adaptação às Mudanças Climáticas), sendo responsável pela produção dos sumários executivos, que são sínteses de relatórios técnicos focados em fornecer informações práticas para formuladores de políticas públicas sobre a crise climática.

WRI Brasil: lançou o [Acelerador de Soluções para o Calor Urbano](#), oferecendo capacitação e mentoria a cinco cidades para apoiar projetos que proponham soluções verdes ou de baixo carbono. A iniciativa busca reduzir a exposição de populações vulneráveis e promover benefícios como a melhoria do conforto térmico.

Política por Inteiro: [atualizou o cenário](#) de definição do Objetivo Global de Adaptação (GGA, do inglês: Global Goal on Adaptation).

EcoUniversidade e Local Futures: lançaram o [Mapa Brasileiro de Iniciativas Locais](#), apresentando mais de 90 iniciativas que unem agroecologia, ancestralidade, economia solidária, educação popular e regeneração ambiental.

Aliança Brasileira pela Cultura Oceânica: com o apoio do governo brasileiro e da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), elaborou a série multimídia: “[Brasil em Transformação: O impacto da crise climática](#)”, que revela o aumento de desastres climáticos (2020-2023).

5.2. Realização e apoio a projetos locais

Fundo Podáali: abriu inscrições para a terceira edição da chamada: “[Guardiãs da Amazônia](#): Mulheres Indígenas que Defendem as Vidas e a Justiça Climática”, anunciada durante a COP30. A iniciativa financiará pequenos e médios projetos liderados por mulheres indígenas nos nove estados da Amazônia Legal. O edital prevê um total de R\$ 2,05 milhões para apoiar ao menos 31 iniciativas, distribuídas em categorias de pequenos (R\$ 20 mil a R\$ 50 mil) e médios projetos (R\$ 50 mil a R\$ 100 mil).

Conselho Indígena de Roraima (CIR): elaborou os Planos de Adaptação Indígena: Plano de Enfrentamento à Transformação do Tempo da Região Amajari e Plano de Enfrentamento à Transformação do Tempo na Terra Indígena Raposa Serra do Sol. Tais planos foram construídos por pesquisadores indígenas e lideranças com base nas percepções das próprias comunidades, servindo como subsídios para a tomada de decisões em políticas públicas.

5.3 Incidência nacional e internacional

Observatório do Clima (OC): elaborou uma nota técnica em favor da criação do Fundo Nacional de Adaptação, além das Recomendações para os Planos Setoriais do Plano Clima Adaptação, documentos que contaram com a participação do Inesc e foram entregues ao Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA).

Re.Habita (WRI Brasil, ONU Habitat Brasil, Habitat para a Humanidade Brasil, Fundação Tide Setubal e Teto Brasil): lançou na COP30 a “Carta Aberta pela Moradia Digna na Agenda Climática”, que busca fortalecer a moradia digna como pilar da justiça e da resiliência climática urbana.

Organizações ABECO, ACTA, Águas Resilientes, Comitê Chico Mendes e outras: lideraram a construção do documento “Nossa Chance: Uma NDC ambiciosa para adiar o fim do mundo”, que aborda adaptação climática, restauração ecológica, sistemas alimentares, demarcação territorial e governança climática.

Instituto Talanoa: elaborou recomendações para o Governo Federal relativas à adaptação e à resiliência climática, focando em estratégias para o financiamento do Plano Clima.

Geledés – Instituto da Mulher Negra: sua forte incidência política contribuiu fortemente para o reconhecimento inédito dos afrodescendentes em documentos internacionais sobre clima na COP30.

